

Territórios da Cultura. Concepções de espaço na arquitetura residencial brasileira (Séc. XIX).

SANDRA C. A. PELEGRINI¹.

RESUMO

O presente artigo visa a investigar as transformações de natureza estética e funcional processadas na arquitetura das habitações brasileiras, no decorrer do século XIX, pois o estudo das edificações, de seus projetos e técnicas de execução, é capaz de revelar tramas da história humana.

Palavras-chave: patrimônio histórico, cultura, arquitetura, memória social, populações.

ABSTRACT

The present article aims at investigate the esthetics nature transformations and functional prosecuted in the architecture of the Brazilian dwellings, in elapse of the century XIX, therefore the study of the buildings, of its projects and techniques of execution, is capable of reveal story lines from the human history.

Keywords: history patrimony, culture, architecture; social memory, populaces populations.

N.E.: As gravuras e fotos a que se refere o artigo encontram-se ao final do texto.

O SÉCULO XIX NO BRASIL DESTACA-SE como uma época em que se processaram inúmeras mudanças, tanto de ordem econômica e social, quanto arquitetônica e construtiva. Estudiosos do assunto assinalam,

no entanto, que no início desse século predominaram *tradições arquitetônicas e urbanísticas do período colonial*. Os projetos residenciais apresentaram poucas alterações substanciais, tendendo a repetir, em sua maioria, os esquemas construtivos do período anterior. As edificações assemelhavam-se entre si, pela simplicidade dos projetos construtivos, pelas paredes espessas, alcovas e balcões de ferro batido (Segawa, 2000). Somente na segunda metade do século XIX, delinearam-se transformações nas concepções da *habitação e do lote urbano herdados do século XVIII* (Reis, 1970:34).

As propriedades rurais de então abrigavam significativos contingentes populacionais e organizavam-se como unidades autônomas, como núcleos em que se desenvolviam diversos ramos da manufatura e várias gradações do trabalho. Uma fazenda abrigava, além do casarão do proprietário, da modesta moradia dos colonos e das antigas senzalas, uma infinidade de outras instalações, tais como: as casas dos administradores, os celeiros, os edifícios destinados aos maquinários ou instrumentos destinados ao beneficiamento dos grãos, entre outros.

As habitações urbanas ainda eram muito acanhadas, decoradas com móveis e objetos rústicos e em número reduzido. As casas, em geral, térreas, pertenciam aos proprietários, não havendo espaço destinado a acomodar possíveis visitantes. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, no entanto, provocou alterações no modo de viver dos habitantes da Colônia. Essas transformações, por sua vez, tornaram-se visíveis na arquitetura brasileira, especialmente na segunda metade do século XIX, pois a chegada de um expressivo contingente de pessoas ao Rio de Janeiro causou, entre outras coisas, mutações na própria concepção das construções, uma vez que, a corte tendeu a preservar em solos brasileiros os modos e o requinte português.

O calor abrasador, os costumes distintos, o escasso conforto residencial, a ausência de mobiliário, somado a existência de um traçado urbano repleto de ruas escuras e sujas, tornava difícil a adaptação da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro. Ilmar Mattos ao comentar a infra-estrutura da cidade, assinala que nessa época *não havia remoção de lixo, sistemas de esgotos ou qualquer noção de higiene pública* nas principais cidades brasileiras. Assim, o Rio de Janeiro precisou ajustar-se às novas necessidades advindas da transferência da corte portuguesa para a Colônia (1808). De imediato, tornou-se imperioso abrigar esse expressivo contingente de pessoas mediante ao desalojamento dos próprios proprietários urbanos, depois se desencadeou um acelerado processo de construção de imóveis e de pequenas reformas estruturais na cidade. A

fisionomia do Rio de Janeiro foi paulatinamente sendo alterada de modo a adequá-lo à condição de centro da vida política e administrativa da Colônia (Mattos, 1987:30).

Ilmar Mattos chama especial atenção à implementação de maior dinâmica à vida cultural da Colônia, percebida pela intensificação dos encontros sociais dos segmentos mais abastados, animados por meio da organização de festas, jantares, saraus; pelo acesso a um número maior de livros; pelo convívio com intelectuais, cientistas e viajantes europeus – aspectos que do ponto de vista do referido historiador implicaram num relativo aumento de circulação das idéias na Colônia. Além disso, a chegada da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro, em 1816, intensificou a apreensão de princípios educativos e artísticos europeus ensinados na Academia Real de Belas Artes.

Após 1827, quando teve início o curso de arquitetura organizado por Auguste Henri Victor Grandejean de Montigny (1776-1850), nessa Academia, detectou-se a profusão do gosto pelo neoclássico na Colônia. Montigny contribuiu para o fomento do saber arquitetônico no Rio de Janeiro, tornando-se responsável pela elaboração de vários projetos de edificação urbana no Brasil² (Taunay, 1983). Mas, as primeiras transformações urbanas se deram de forma bastante discreta. De acordo com Segawa, o prestígio atribuído à arquitetura neoclássica terminou favorecendo a implantação de *tipos mais refinados de construção*, bem como, o abandono das soluções coloniais.

Escadarias, colunas e frontões de pedra ornavam com freqüência as fachadas de edifícios principais, ostentando um refinamento técnico que não correspondia ainda ao comum das construções (1970:36).

A moradia representada na gravura no. 1 figura como um dos mais significativos exemplares da casa térrea neoclássica. Erguido no Recife, na segunda metade do século XIX, esse projeto caracteriza-se pela retomada dos princípios estéticos clássicos e por reproduzir o modelo dos templos greco-romanos ou das edificações do Renascimento italiano - uma tendência predominante no continente europeu, entre as duas últimas décadas do séc. XVIII e nas três primeiras do XIX.

Por certo, as alterações estéticas e construtivas processadas no primeiro quartel do século XIX, no Brasil, estão intimamente vinculados a algumas medidas tomadas por Dom João VI, tão logo aportou no Rio de Janeiro. A Abertura dos Portos às Nações Amigas (1808), autorizada visando a contornar

problemas decorrentes de necessidades administrativas (diretamente articulados à pressão exercida pelos proprietários rurais e pelo governo inglês) representou o fim de Pacto Colonial e a conseqüente independência econômica do país em relação a Portugal. Tal medida permitiu o contato com muitos utensílios e produtos de origem britânica, naquele momento, estocados nos portos ingleses devido ao Bloqueio Continental que se dava na Europa (Prado Jr, 1986).

A abertura dos portos e a conseqüente integração da Colônia ao mercado mundial contribuíram para a alteração da aparência das construções, em especial nos maiores centros, próximos ao litoral, por onde adentravam as novidades. Mas, ainda assim, as técnicas construtivas se mantiveram vinculadas às práticas mais tradicionais. Aos poucos, os velhos beirais deram a vez às platibandas, os condutores às calhas, os vidros simples ou coloridos – principalmente nas bandeiras das portas e janelas, substituíram as velhas urupemas³ e gelosias⁴ (Reis, 1970: 37). Aliás, a difusão do uso do vidro na construção civil foi incentivada pela baixa dos custos provocada pela fabricação em larga escala, tornada possível após a Revolução Industrial (Pereira, 1988).

Não obstante, a arquitetura brasileira era praticada a partir da taipa até meados do século XIX, uma vez que a região oferecia poucos recursos naturais e financeiros para a construção em pedra e o uso de tijolos de barro não era uma técnica muito conhecida. A residência da família Leitão (gravura no. 2), expressa o rigor plástico da fachada de taipa de pilão, mas já apresenta alterações comuns àquela época. A propriedade, construída no início da segunda metade do século XIX, em Jacareí, mostra algumas novidades significativas como por exemplo o uso do vidro plano, capaz de prolongar as jornadas de trabalho doméstico e garantir maior aproveitamento da luz solar.

Somente na segunda metade desse século, quando a riqueza gerada pelo café possibilitou o desenvolvimento econômico e social dos segmentos envolvidos na sua produção, observam-se uma alteração substancial nos hábitos citadinos e o despertar dos olhares dos grandes fazendeiros para as representações de poder inerentes às formas de organização de suas residências. Interiores mais requintados e adornados com móveis, utensílios e peças importadas dariam o tom da decoração. A ostentação do poderio desses latifundiários, outrora representado pelo gigantismo de suas moradias (as “casas grandes”), passou a ser expressa pelo refinamento dos partidos e dos projetos arquitetônicos inspirados no estilo neoclássico.

As salas que eram ambientes de exclusivo uso familiar começaram pouco a pouco a servir como local para receber visitantes, um hábito desconhecido

antes da chegada da corte portuguesa ao Brasil. A partir de então, a profusão de recepções passou a integrar as sociabilidades dos segmentos dominantes. As mulheres que raramente eram vistas pelos forasteiros, ainda que estes se hospedassem por dias em suas residências, começaram a participar dos eventos sociais, na medida em que se popularizava o convívio em sociedade.

Aliás, as sedes das fazendas do Vale do Paraíba no período áureo da economia cafeeira, abrigavam casarões extensos com longa seqüência de janelas. Muitos desses edifícios apresentavam elementos próprios da arquitetura neoclássica, como colunas, frontões, platibandas, portas e janelas em verga retilínea. Os interiores das residências eram ricamente decorados em decorrência dos altos lucros da produção do café. O requinte era uma das marcas dessas propriedades, sendo freqüente o uso de materiais importados como papéis de parede, jogos e pias de porcelana inglesa, lustres italianos, santos e azulejos portugueses, móveis franceses. Cadeiras de palhinha, estátuas de mármore, espelhos, retratos de família (a óleo), mobiliário de jacarandá, escarradeiras, entre outros objetos típicos, compunham a decoração desses casarões rurais.

Atualmente, a maior parte das antigas fazendas que conservaram as características originais foram abertas à visitação turística, lançando uma alternativa econômica de uso do espaço rural⁵. Nas fazendas “Ponte Alta” e “Pau d’Alho”, ambas localizadas entre a Baía do Pirai e Valença, no Rio de Janeiro, foram preservadas as estruturas originais do chamado quadrilátero funcional que compreende o casarão, o terreiro, a tulha e o engenho. A “Ponte Alta” manteve outro símbolo do poder dos barões que era representado pela presença de imponentes palmeiras imperiais, comuns a quase todas as fazendas históricas (foto 1).

A área que compreende hoje o Estado de São Paulo também passou por transformações substanciais a partir do incremento da economia cafeeira. O enriquecimento da região, somado à proximidade do centro administrativo e político do país, transferido para o Rio de Janeiro a partir de 1808, tornou São Paulo propenso a assimilar as transformações no meio social e cultural. No âmbito arquitetônico, as moradias tenderam a se sofisticarem em função da experiência visual adquirida por seus habitantes mais abastados no decorrer das longas das incursões processadas no continente europeu.

A contratação de engenheiros e mestres europeus foi decisiva nesse período. As casas passaram a apresentar maior diversidade construtiva como o aproveitamento do desnível do terreno, a adoção de materiais e técnicas mistas, entre outras novidades. Via de regra, a arquitetura praticada permanecia

assentada na técnica da taipa de pilão⁶ ou no uso da pedra nas partes inferiores da casa, enquanto na parte superior utilizavam estruturas autônomas de madeira. A planta, no entanto, mantinha certa simetria que lembrava as antigas soluções da arquitetura bandeirante (Gordinho, 1985: 32).

A ascensão econômica dos fazendeiros de café, em São Paulo, acabou transformando a vida da população de modo geral, provocou não apenas uma “revolução” econômica, mas uma significativa transformação social. Paralelamente a esse processo, a recorrência a trabalhadores estrangeiros destinados às lavouras colaborou para a adoção de novos bens culturais imateriais de suas regiões de origem⁷. Mas, no âmbito da organização da grande propriedade, talvez, uma das primeiras intervenções causadas pelo café se circunscreveu à própria organização do trabalho e gerenciamento das atividades agro-exportadoras, posto que o cultivo do grão exigia muitas terras e um número considerável de agricultores. A necessidade de mão-de-obra qualificada, somada ao intento de promover o branqueamento da população brasileira impulsionou a recorrência à figura do colono europeu. Todavia, a mão-de-obra escrava continuou sendo utilizada de forma predominante pelos cafeicultores de São Paulo até a abolição da escravidão no Brasil.

Torna-se interessante notar que a presença do colono se deu simultaneamente a um período de urbanização dos cafeicultores, aspecto que contribuiu para modificar também a forma de gestão econômica das fazendas, até então, caracterizada pela presença física do fazendeiro na propriedade. Por outro lado, o contato desse segmento com os membros da corte portuguesa, instalada no Rio de Janeiro, ocasionou a aquisição de novos hábitos, e como se afirmou anteriormente, estimulou reformulações nos interiores das moradias rurais e urbanas. Ambientes com diversas funções foram anexados ao corpo principal da casa, surgindo salas destinadas aos jogos e à música, salas de jantar, além do salão principal, onde se davam as festas e saraus.

A vida familiar das elites mais abastadas passou a girar em torno do convívio em sociedade. Pianos foram levados em carros de boi para as fazendas, pois era considerado de “bom tom” que as filhas dos barões e condes do café soubessem tocar. Dominar a língua francesa constituía um outro requisito importante na educação dessas moças. Aos rapazes era reservado o imperativo da formação educacional européia. Sem dúvida, o cultivo do café não impulsionou somente o desenvolvimento da economia, as fazendas se tornaram núcleos demográficos e centros políticos, gerando uma grande área de influência ao seu redor (Prado Jr., 1985).

Os costumes locais, entretanto, rapidamente sofreram certa desvalorização, detectando-se inclusive, certo desdém pela simplicidade da arquitetura colonial. Deu-se um processo de “europeização” da cultura paulista que incluiu as edificações públicas e privadas. Nessa época, o patrimônio cultural e arquitetônico da região viu-se ameaçado pelos recursos oriundos do dinheiro do café. Reformas financiadas pelo chamado “ouro verde” destruíram os velhos padrões do morar e evidenciaram a adoção de novos modismos como a importação de artefatos decorativos e de profissionais do continente europeu e dos Estados Unidos, tais como, *arquitetos, mestres de obras e pedreiros*, além de *toda sorte de material de construção* (Lemos, 1996: 51).

Alastrou-se então no Brasil um outro tipo de edificação desvinculado das tradições construtivas desenvolvidas pelas necessidades de adaptação socioeconômica. Construções inspiradas no Ecletismo arquitetônico europeu, em voga a partir do final do século XVIII até o início do XX, tornaram-se freqüentes no país. Contudo, aqui o ecletismo predominou entre meados do século XIX até as primeiras décadas do XX, devido ao forte intercâmbio de idéias, mão-de-obra, materiais e produtos industrializados. Via-se a retomada de estilos pretéritos e da congregação de diversas manifestações arquitetônicas numa mesma obra, orientada pela busca dos efeitos decorativos (Albernaz, 2000: 208). Tal qual à moda vigente na Europa, as edificações assentavam-se em plantas cujo programa de necessidades erguia-se totalmente desvinculado da realidade local.

Os padrões da casa grande colonial, em essência monumental, mas geometricamente simples e com poucos adornos, construída em taipa-de-mão ou de taipa-de-pilão, acabou sendo substituído por modelos de palacetes com influência notadamente européia (inspirada nos estilos neoclássico e eclético). Paradoxalmente, por trás dos detalhes decorativos das fachadas de tipo neoclássico, típicos nos casarões construídos em meados do século XIX, permanecia a solidez das construções de tipo colonial (Reis, 1970:38).

Em meados do século XIX, conforme definição de Carlos Lemos, a arquitetura urbana se definia como “pombalina classicizante”, porém, exemplos da arquitetura neoclássica alicerçada em novas técnicas e apresentando estruturas metálicas se multiplicavam em diferentes regiões da Colônia (1985:34). O gosto pelo neoclássico revelava-se, segundo Nestor G. Reis Filho (1970), *pela existência de vasos e figuras de louça do Porto nas fachadas*, pela exposição de pilastras sobre a platibanda, pelo perfilhar de soluções mais complicadas de cobertura, como a de quatro águas. Essas discretas transformações possibilitavam

a adaptação de velhas receitas coloniais, o que garantia sua continuidade, *numa época em que as inovações do conjunto de vida brasileira ainda não eram muito profundas, e os hábitos continuavam largamente a aproveitar as facilidades oferecidas pela escravidão* (1970).

Por certo, após a chegada da corte portuguesa ao Brasil tornou-se cada vez mais comum anexar aos conjuntos residenciais coloniais padrões europeus que incluíam novas fachadas, a valorização do conforto e da decoração do espaço interno. A apreciação dos hábitos europeus lentamente abriu caminho para a descoberta do conforto proporcionado pelos móveis, bem como, para o desejo de ostentação propiciada pela decoração de interiores. Os utensílios decorativos passaram a adquirir papel destacado na diferenciação dos segmentos dominantes. A robustez dos imóveis e a exibição de objetos e obras de arte representavam o status de seus proprietários.

Noções de privacidade e higiene também passaram a integrar os programas de necessidades das edificações. A casa de porão alto, uma das soluções adotadas para imprimir maior salubridade às moradias, pode ser considerada uma modalidade construtiva representante da transição entre os velhos sobrados e as casas térreas. Nas cidades, essa nova fórmula permitia maior aproveitamento da área construída e aproximava a residência da rua. Esteticamente, os porões apresentavam uma abertura denominada óculos ou seteiras, amparados com gradis de ferro que ficavam dispostos sob as janelas dos salões. Para resolver o problema do desnível entre o plano do passeio público e o piso da residência, lançou-se mão da introdução de uma pequena escada, defronte à porta de entrada. Esta se abria sobre um patamar de mármore, geralmente, com desenhos de xadrez em preto e branco (Reis, 1970:40). A casa grande da fazenda Santa Gertrudes, fundada em 1821, na cidade de Santa Gertrudes, próxima a Rio Claro, no interior de São Paulo, constitui um exemplar desse tipo de prática arquitetônica (foto 2).

Um outro tipo híbrido de casa, detectado no último quartel do século XIX, era a habitação assobradada com porão alto. Na verdade, esse projeto reunia características da casa assobradada e da residência de porão alto, mediante à edificação de sobrados com os térreos elevados pela presença dos porões. Nesse caso, também a área situada no primeiro pavimento era destinada a fins mais valorizados socialmente (Reis, 1970:42). Essa solução apresentava uma novidade, qual seja, a inserção de toda a área de serviço e mesmo da cozinha nos recém-criados porões. Curiosamente, esses porões passaram a ser executados também em terrenos planos, podendo ser edificados no rés-do-chão ou semi-afundados como no caso da sede da Fazenda Santa Gertrudes, mas a falta de praticidade da

locação da cozinha no porão levou ao seu desuso. Na casa da referida fazenda, por exemplo, embora o porão preenchesse todo o contorno do pavimento superior, as dependências da cozinha foram mantidas no patamar superior.

Em termos programáticos, uma outra característica comum às residências erguidas nesse período era a busca da total independência dos diferentes setores da moradia. Não se considerava necessário prover a residência da circulação entre as áreas de estar, repouso e serviços. Primava-se apenas pela ligação direta entre a cozinha e a sala de jantar. O respeito a essa conduta expressava a modernidade do projeto. A essa época, inaugurou-se a edificação do vestíbulo, um compartimento locado na entrada do edifício com a finalidade de articular a ligação com os demais ambientes da casa.

Os porões, ainda na vigência da escravidão negra, serviam como espaço destinado a abrigar as empregadas brancas, especialmente, as estrangeiras. Elas desempenhavam a tarefa de preceptoras dos filhos dos patrões e ocupavam-se da organização do serviço doméstico. No casarão da Fazenda Santa Gertrudes, por exemplo, o sótão, tal qual o porão, foi concebido a ocupar a mesma área do contorno da casa, chegando a abrigar vários quartos e dois banheiros (foto 3). Nas casas ecléticas que começavam a surgir principalmente em São Paulo, as mansardas e o sótão também foram utilizados para esse fim, principalmente após o fim da escravidão quando o número de empregados se tornou maior.

A sofisticação dos partidos arquitetônicos e o aprimoramento dos projetos pautados por preocupações cada vez mais intensas com a questão do higienismo e da salubridade, estimulou o uso de calhas e de condutores de água forjadas em folha-de-cobre ou em folha-de-flandres⁸, elementos que viabilizavam a execução de corredores laterais descobertos e de pátios internos nas residências. Essa solução, do ponto de vista de Carlos Lemos, era praticamente impossível no tempo do telhado de duas águas. De acordo com o autor, não mais se construía alcovas abafadas e escuras, mas quartos com janelas voltadas para o exterior. Em meados do século XIX, houve um grande aumento do número de janelas instaladas nos frontispícios⁹ (1996:54).

Notadamente, as condições tecnológicas e as formas de habitar se mantiveram praticamente intactas até 1850. As transformações sociais decorrentes do fim da escravatura e da intensificação da imigração tornaram imperiosas e urgentes modificações mais contundentes no campo da construção civil (Reis, 1970:42). Aliás, na segunda metade do século XIX, as referidas transformações acabaram suscitando certo desprestígio aos velhos hábitos de construir e habitar.

A água encanada foi uma novidade que trouxe consigo significativas alterações no interior das residências e nos hábitos dos seus moradores. A sua implantação condicionou as salas de banho a dividirem o mesmo espaço das latrinas e forçou a locação dos banheiros nas proximidades da cozinha, de modo a minimizar o custo com as tubulações. Os banheiros no Brasil passaram a conjugar todas as fases da higiene pessoal, como ocorria nos países europeus e nos Estados Unidos da América. O único inconveniente era o alto custo do aparato hidráulico importado dos ingleses ou dos americanos que incluía torneiras, tubos, aparelhos e registros.

A idéia de se colocar a banheira e o sanitário num mesmo cômodo foi americana. Segundo Witold Rybcznski, no final do século XIX, *o banheiro compacto de três peças, com a banheira no final do cômodo e a pia e a privada lado a lado, era comum* nos Estados Unidos. Na Europa, no entanto, em decorrência da utilização de banheiras portáteis, geralmente instaladas nos quartos de vestir, não havia banheiros propriamente ditos. Contudo, a tradição da banheira portátil, pelos inconvenientes do transporte de água, estava chegando ao fim. O banheiro americano era um recurso importante para se projetar uma casa pequena, posto que os quartos de vestir podiam ser totalmente suprimidos e os quartos de dormir que, às vezes, abrigavam as banheiras, podiam ser menores. Rybcznski adverte, no entanto, que o *banheiro moderno com encanamento feito por engenheiros e com paredes ladrilhadas parecia eficiente e funcional, mas foi conseqüência da casa sem criados, e não de um grande avanço funcional* (1996:172).

Tal fato, tornou comum a utilização do banheiro somente a partir de meados do século XIX, na Europa e América, principalmente devido ao incremento da vida urbana, da incorporação de noções sanitárias e da intensificação das novas relações de trabalho impostas pela industrialização. Além disso, a mão-de-obra disponível para os serviços domésticos tornava-se cada vez mais cara, uma vez que em termos econômicos e de status, o trabalho fabril se mostrava mais atrativo. Este novo espaço, destinado ao conforto e à higiene, chegou ao Brasil simultaneamente à luz elétrica e ao gás disponível para os fogões e luminárias (Rybcznski, 1996:162).

Nos trópicos, ainda que não houvesse, em meados do século XIX, relações de trabalho industrial, a mão-de-obra para os serviços domésticos também se tornava escassa em função da abolição da escravidão. Nesse sentido, tornava-se necessário diminuir as distâncias e as dificuldades de execução do trabalho doméstico nas principais cidades brasileiras. Os especialistas afirmam que tanto na Europa e nos Estados Unidos, quanto no Brasil, o encarecimento do trabalho

implicou a redução do número de empregados, e em alguns casos, obrigou as donas da casa a realizarem as tarefas do lar. No Brasil, porém, a introdução da mão-de-obra assalariada terminou substituindo o trabalho da negra escrava. Em ambos os casos, a canalização de água e do esgoto diminuiu o número de pessoas encarregadas nos serviços da casa, concorrendo, conseqüentemente, para o barateamento da manutenção das residências.

Sem dúvida, as instalações hidráulicas e o fornecimento de água encanada nas moradias proporcionaram a diminuição de uma parcela considerável dos serviços braçais, até então indispensáveis, tais como o transporte de água para os serviços de cozinha, limpeza da casa e banho, além de eliminar o transporte de tigres, portadores dos dejetos sanitários. Assim, intensificou-se o desprestígio dos hábitos tradicionais e a crescente valorização dos novos costumes, considerados modernos e civilizados, entre os quais incluíam-se a contratação de empregados remunerados, na sua maioria de origem européia, serviços considerados mais capazes e portadores de maior refinamento (Reis, 1970:44).

Não se deve negligenciar que as chamadas “casas grandes” rurais também sofreram alterações significativas decorrentes da adoção de novos hábitos sociais. Se, inicialmente, essas propriedades passaram por alterações no plano físico em decorrência da necessidade de adaptação às novas formas de trabalho, num segundo momento, a casa grande foi relegada a um plano secundário. Os fazendeiros enriquecidos com o cultivo do café foram sucessivamente se urbanizando, passaram a erguer seus palacetes nas cidades com todo o requinte e conforto que as novidades arquitetônicas advindas do exterior podiam proporcionar.

O novo estilo de vida dos fazendeiros implicou certo desapego às fazendas, pois a dinâmica do trabalho imprimiu um ritmo diferenciado ao trato do café, aspecto que de certa maneira não exigia a presença constante dos latifundiários em suas propriedades. Não raro, as sedes das fazendas acabaram sendo usadas apenas em determinadas épocas do ano, tornando-se menos confortáveis do que as habitações das cidades, posto que já não faziam parte do dia-a-dia de seus proprietários. Esse tipo de relação com a propriedade manifestou-se também na fazenda Santa Gertrudes, pois a sede deixou de abrigar a moradia definitiva da família, passando a ser utilizada como casa de campo nas temporadas de lazer ou como estadia nos momentos em que os assuntos do café o exigiam.

Na casa urbana, uma das alterações mais significativas consistiu na liberação da construção em relação aos limites do lote, criando-se, inicialmente, corredores em um dos lados da propriedade. A difusão do higienismo e a valorização da

insolação dos ambientes tornavam o hábito de dormir em alcovas cada vez mais obsoleto e fomentava entre os construtores e seus contratantes a valorização da abertura dos cômodos para o exterior da morada. Em curto espaço de tempo, o descolamento dos dois lados da construção tornou-se mais freqüente. Nas casas mais abastadas, pouco a pouco, iniciou-se o processo de implantação de jardins em uma destas laterais para os quais voltava-se a abertura dos demais cômodos da casa e acomodava-se a varanda. Essa prática construtiva tipicamente urbana transferiu-se para os casarões rurais que tenderam a valorizar os jardins circunvizinhos e voltaram suas janelas e varandas para as áreas floridas e ensolaradas.

Cabe salientar que São Paulo congregou as mais expressivas transformações na conformação das residências brasileiras na segunda metade do século XIX. O crescimento econômico propiciado pela cultura do café, o início do processo de industrialização e o incremento da urbanização, além da alteração de costumes e hábitos culturais influenciados pela tentativa de modernização das elites no Brasil, atesta que a região paulista congregou as principais variantes da casa brasileira e sua evolução ao longo do período proposto para o estudo, qual seja, o século XIX.

Para concluir essa breve reflexão, torna-se imperioso reconhecer que a política de preservação dos monumentos históricos no Brasil ainda tem se restringido, predominantemente, apenas à conservação de edificações públicas ou exemplares das moradias dos segmentos dominantes. A legislação que inicialmente se ocupou dessa matéria se circunscreveu aos princípios constitucionais de 1934, mas a primeira lei nacional de proteção ao patrimônio acabou sendo promulgada somente três anos depois dessa data, por meio do Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Além disso, a proteção dos bens culturais na esfera arquitetônica se pautou pela função social da obra, não se ocupando da preservação de edificações mais populares.

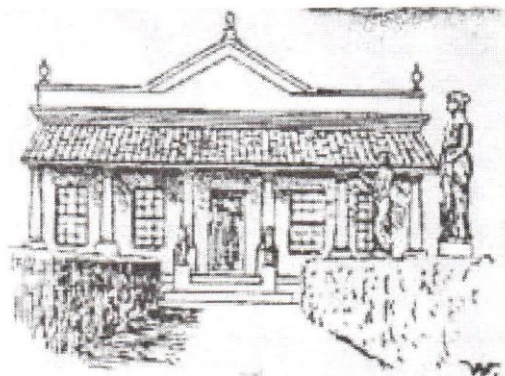
Atualmente, os impactos ambientais decorrentes do crescimento desordenado das cidades e dos inadequados serviços de proteção ao meio, saneamento, drenagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos têm contribuído para acelerar a deterioração do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Nessa linha de abordagem, a discussão de estratégias que visem ao desenvolvimento sustentável assume grande interesse público, uma vez que se propõe a incentivar a promoção de estudos acerca dos instrumentos de preservação histórica como um direito do cidadão (Zancheti, 2002). Nesse sentido, os especialistas têm defendido propostas pautadas por estudos e

avaliações acerca das condições do espaço e do meio ambiente urbano, de modo a garantir-se uma ação política efetiva no âmbito da preservação do patrimônio natural, paisagístico e arquitetônico brasileiro, uma vez que este representa parte da memória social do país.

A implementação de políticas públicas conjugadas no campo do turismo e da restauração do patrimônio histórico tem sido apontada como estratégia salutar para garantir não só a preservação de monumentos e conjuntos urbanos, mas, principalmente, para afiançar a sustentabilidade dos centros históricos. Essa articulação simultânea entre as políticas de preservação e de desenvolvimento turístico, em última instância, garantiria fontes de recursos para a adequada restauração patrimonial e para a integração da população residente ao “legado vivo” da história do seu país, cidade ou região.

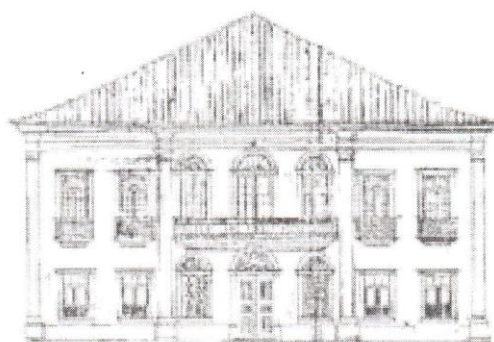
Considerando que a salvaguarda dos bens patrimoniais assume importante papel na promoção do turismo, logicamente, as intervenções acionadas pelo setor devem pautar-se por processos de reabilitação caracterizados por técnicas especializadas de restauração e práticas democráticas de preservação, portanto, não excludentes da população originalmente residente nessas áreas, conforme já indicava o documento síntese da *Conferência das Nações* realizada em Roma, em 1963. Aliás, o referido documento já apontava, nos anos sessenta, a importância da tessitura de políticas e investimentos no campo do turismo cultural, histórico e natural das nações, recomendando que isso se fizesse através do reconhecimento do valor cultural desses bens e da adoção de medidas dirigidas a assegurar a conservação e a proteção desse patrimônio.

Por fim, embora se admita que ainda são tímidas as iniciativas públicas e privadas no âmbito da gestão integrada do espaço urbano e da promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, não se pode negar o êxito da experiência de conjugação entre as atividades turísticas e a reabilitação patrimonial das chamadas fazendas históricas como a “Ponte Alta” (Barra do Piraí – Rio de Janeiro), a “Pau d’Alho” (entre Barra do Piraí e Valença – no Rio de Janeiro), a “Santa Gertrudes” (Santa Gertrudes – São Paulo), entre outras propriedades do ciclo do café que foram preservadas e abertas à visitação pública no Brasil.



Gravura no. 1 – Casa térrea em estilo neoclássico – Recife – Pernambuco.

Fonte: (Rodrigues, 1970: 308).



Gravura no. 2 – Propriedade da família Leitão – Jacareí.

Fonte: (Lemos, 1985: 30).



Foto 1 - Fachada da sede da fazenda "Ponte Alta" (Barra do Piraí -RJ). Disponível em <http://www.passeiopublico.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2003.



Foto 2 - Fachada da sede da fazenda Santa Gertrudes. Disponível em <http://www.fazendasantagertrudes.com.br.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2003.

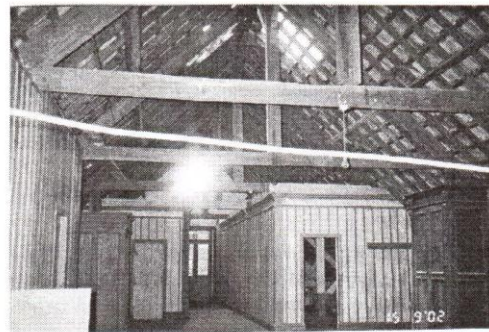


Foto 3 - Sótão do casarão de Santa Gertrudes, com quartos para os empregados
Foto realizada por Cristiane dos Santos (PIBIC-UEM).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERNAZ, Maria Paula. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: Pró - Editores, 2000.
- AMARAL, A. Aracy. *A Hispanidade de São Paulo, da casa rural à capela Santo Antônio*. São Paulo: Edusp, 1981.
- BARTHELEMY, D. e CONTAMINE, Al. *História da Vida Privada; da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- Casa de Fazenda – uma seleção de dezessete fazendas no mais puro estilo da arquitetura rural brasileira*. São Paulo: Ed. Abril S. A., 1997. (fotos e plantas).
- CARVALHO, José Murilo de. *Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: campus, 1980.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Civilização e Cultura*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1983.
- CUNHA, Maria Clementina P. (org.) *O Direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Dep. De do Patrimônio Histórico – Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de São Paulo, 1992.
- FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo :Liv. Nobel :Ed. da USP, 1987.
- Fazendas Históricas de Café*. Disponível em <<http://www.passeiopublico.com.br/index2.htm>>. Acesso em junho de 2003.
- GRAAMN, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1988.
- JOKILEHTO, Jukka. Conceito e idéias sobre conservação. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes (org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Pernambuco – Recife: Ed. Universitária da UFPE., 2002.
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, Técnica e Construção: o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil – Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REALE, Ebe. “Evolução da casa urbana brasileira”. In. *Revista Digesto Econômico*, no. 246 – ano XXXII, nov/dez., 1975.
- REIS FILHO, Nestor Goulart . *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- RODRIGUES, José Wasth. *Documentário Arquitetônico*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1970.
- RYBCZNSKI, Witold. *Casa: Pequena História de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SALA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- TAUNAY, Afonso. *A missão artística de 1816*. Brasília: Fundação Roberto Marinho/Editora da UnB, 1983.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador. *500 anos da casa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- ZANCHETI, Sílvio Mendes, MARINHO, Geraldo., MILLET, Vera. (orgs.). *Estratégias de intervenção em áreas históricas – revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, MDU/UFPE, 1995.

NOTAS

1 Doutora em História Social pela FFLCH/USP – Docente do Departamento de História/UEM. – e-mail: spelegrini@wnet.com.br.

2 Um dos seus alunos, José Maria Jacinto Rebelo, projetou o Solar dos Marqueses de Itamarati que serviu posteriormente de sede ao Ministério das Relações Exteriores, com o nome de Palácio do Itamarati, durante o período em que a cidade do Rio de Janeiro foi a capital do país (Taunay, 1983).

3 A urupema é uma esteira de fibras vegetais usada basicamente para a vedação de vãos de portas e janelas e em balcões, permitindo a entrada de ventilação e protegendo contra o sol (Albernaz, 2000: 645).

4 A gelosia é o nome atribuído a um painel treliçado de madeira, usado até o início do século XIX, para vedar os vãos das janelas (Albernaz, 2000: 289).

5 Em 15 de abril de 2003, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos lançou, na cidade de Santos (São Paulo), a emissão especial "Fazendas Históricas de Café", em que homenageia a arquitetura rural característica do ciclo do café, especialmente as fazendas históricas localizadas no Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.passeiopublico.com.br/index2.htm>>. Acesso em junho de 2003.

6 Taipa foi um dos sistemas construtivos utilizados nas construções coloniais, uma vez que a região oferecia poucos recursos naturais e financeiros para a construção em pedra. Além disso, o uso de tijolos de barro não era uma técnica muito disseminada na Colônia, até então (Albernaz, 2000: 588).

7 É sabido que a imigração em massa para o Brasil ocorre em princípios do século XX, mas, em 1813, o príncipe regente iniciou um processo de incentivo à imigração, concedendo grandes favores aos imigrantes que se destinassem a São Paulo, entre eles, terras, sementes e instrumentos.

8 A folha-de-flandres é um tipo de folha de ferro recoberta por estanho, o que lhe imprime maior resistência à corrosão por oxidação (Albernaz, 2000: 265).

9 Frontispício refere-se à fachada principal de uma edificação, em especial quando possuem algum tipo de ornamentação. Também pode ser chamada de frontaria, frente ou espelho. (Albernaz, 2000: 278).